

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JOÃO JORGE WÜRTH

**MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS: HISTÓRICO E ANÁLISE DOS SEUS
INDICADORES MACROECONÔMICOS**

**PORTO ALEGRE
NOVEMBRO 2010**

JOÃO JORGE WÜRTH

**MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS: HISTÓRICO E ANÁLISE DOS SEUS
INDICADORES MACROECONÔMICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Heloisa Lenz

**PORTO ALEGRE
NOVEMBRO 2010**

JOÃO JORGE WÜRTH

**MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS: HISTÓRICO E ANÁLISE DOS SEUS
INDICADORES MACROECONÔMICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

Professora. Dra. Maria Heloisa Lenz - orientadora
UFRGS

Professor Ario Zimmermann
UFRGS

Professor Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que se transformaram em estímulo, me impulsionando a buscar vida nova a cada dia. Que se doaram inteiros e renunciaram a alguns de seus sonhos, para que eu pudesse realizar os meus.

À minha irmã e meus amigos, por terem aceitado se privar de minha companhia pelos estudos. Reconheço e agradeço o inestimável e importante apoio e compreensão. Vocês me concederam a oportunidade de me realizar ainda mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela graça de sempre me fazer entender qual o melhor caminho a seguir.

Aos meus pais, Jorge e Cristina, pelos empurrões ao longo da vida, pela paciência em me ajudar a levantar depois de cada queda e por me ensinarem a querer sempre mais.

À minha irmã Lívia, por seu exemplo acadêmico e pela insistência ao longo destes 8 anos, para que eu não desistisse e seguisse em frente.

Especialmente às minha amigas e colegas Morgana e Evelyn, por me estender a mão na hora que achei que iria “morrer na praia”.

Aos meus amigos pelo carinho compreensão, força invisível que ainda me fizeram acreditar que tudo é possível.

À minha professora orientadora, Dra. Maria Heloisa Lenz; pela orientação, incentivo, compreensão, paciência e o conhecimento compartilhado; não só quando na condição de orientando, mas durante todo o curso de Ciências Econômicas.

Aos demais professores, por me ensinarem a desafiar minhas capacidades, me fizeram descobrir que posso ir muito além;

Aos colegas cuja amizade conquistei durante os últimos 8 anos que passei na UFRGS, em especial aos “supercompanheiros” dos últimos dois anos.

RESUMO

Este trabalho desenvolve um estudo sobre blocos econômicos com destaque para o Mercosul. Seu objetivo consiste em apresentar uma discussão sobre a importância dos blocos econômicos, realizar um histórico do Mercosul e examinar indicadores macroeconômicos dos países associados. Buscando contribuir com as análises e pesquisas sobre o Mercosul, o estudo pretende colaborar com o debate acerca da importância deste Bloco para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países envolvidos. Desse modo, o trabalho está focado basicamente na área de economia internacional, mais especificamente na área comercial entre os países do bloco, destacando indicadores macroeconômicos do Mercosul e também de seus países associados. Ele está dividido em três capítulos. O primeiro aborda a teoria econômica relacionada com a integração regional e também traça um histórico sobre blocos econômicos, destacando como se formaram e com quais objetivos. O segundo capítulo versa especificamente sobre o Mercosul, seu histórico e sua importância para os países-membros, as dificuldades encontradas em ampliar o bloco e também as razões que limitam o aumento do volume de comércio entre os países. No terceiro capítulo, é realizada uma análise entre os países membros e a entrada de novos parceiros. Divide-se em duas partes, sendo que na primeira são observados os investimentos e indicadores de crescimento econômico dos países criadores do Bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – entre 1991 e 2009, dando atenção às sensíveis mudanças nas taxas de crescimento. Já na segunda parte, o estudo se concentra em levantar dados relativos às novas parcerias do Mercosul – Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru - e em analisar indicadores de crescimento dos novos Países Associados.

Palavras-chaves: Integração econômica, Blocos econômicos, Mercosul, Países Associados.

ABSTRACT

This paper develops a study on economic blocs with an emphasis on Mercosur. Your goal is to present a discussion on the importance of economic blocs, Mercosur perform a history and examine macroeconomic indicators of the associated countries. Seeking to contribute to the analysis and research on Mercosur, the study aims to contribute to the debate about the importance of this block for growth and economic development of countries involved. Thus, the work is focused primarily in the area of international economics, specifically in the area of trade between the countries of the bloc, Mercosur emphasizing macroeconomic indicators and also their associated countries. It is divided into three chapters. The first addresses the economic theory related to regional integration and also draws on a historical blocs, highlighting how they formed, for what purposes and in what contexts. The second chapter is specifically about Mercosur, its history and its importance to member countries, the difficulties encountered in extending the block and also the reasons that limit the increase in volume of trade between countries. The third chapter is an analysis carried out among member countries and the entry of new partners. It is divided into two parts, which are observed in the first indicators of investment and economic growth of the creators of the block - Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay - between 1991 and 2009, paying attention to sensitive changes in growth rates. In the second part, the study focuses on gathering data on new partnerships Mercosur - Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador and Peru - and analyze indicators of growth of the new associated countries.

Keywords: Economic integration, economic blocs, Mercosur, Associated Countries.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	12
2.1 Integrações Regionais	12
2.2 Processos de integração x comércio intrafirma	16
2.3 Blocos Econômicos	17
2.3.1 <i>A União Européia</i>	<i>18</i>
2.3.2 <i>NAFTA</i>	<i>19</i>
2.3.3 <i>Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC)</i>	<i>21</i>
2.3.4 <i>Comunidade Andina de Nações.....</i>	<i>22</i>
2.3.5 <i>Comunidade dos Estados Independentes (CEI)</i>	<i>23</i>
2.3.6 <i>Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)</i>	<i>24</i>
3 HISTÓRICO DO MERCOSUL	27
4 INDICADORES MACROECONÔMICOS DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS	35
4.1 Principais indicadores do Mercosul	36
4.2 Países Associados	43
4.2.1 <i>Bolívia</i>	<i>43</i>
4.2.2 <i>Chile.....</i>	<i>45</i>
4.2.3 <i>Colômbia</i>	<i>46</i>
4.2.4 <i>Equador</i>	<i>47</i>
4.2.5 <i>Peru</i>	<i>49</i>
5 CONCLUSÃO.....	51
6 REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é amplamente aceito que a inserção de um país em um mercado comum já existente apresenta retornos positivos e colabora para o crescimento e desenvolvimento econômico do mesmo. Gomes (2005) menciona que desde a segunda metade do século XX a sociedade internacional vem sofrendo grandes transformações, onde os Estados procuram integrar-se em Blocos como melhor maneira de inserção na economia globalizada.

De acordo com Gonçalves (2002), a formação de blocos é algo característico do período posterior a Segunda Guerra Mundial. Neste tema, tem-se o entendimento de Azevedo (2004), no sentido de que houve um aumento no número de novos Acordos Preferenciais de Comércio (APC), principalmente a partir de década de 1990.

Aproximadamente 80% do total destes Acordos Preferenciais de Comércio vigentes hoje foram notificados à Organização Mundial do Comércio (OMC) neste período mais recente. Entre os principais fatores que levam à formação e fortalecimento de acordos internacionais podemos citar: o constante aumento dos mercados, além do estímulo ao aumento da eficiência e competitividade entre os Países-Membros e o aumento da inserção internacional das economias participantes (WAQUIL *et al*, 2004).

Esta acentuada tendência à criação destes Acordos Preferenciais tem efeito sobre uma série de variáveis, incluindo o comércio, tanto sobre seus membros, como sobre aqueles países que dele não fazem parte.

Em 2002, ao redor do globo, havia 250 acordos regionais de comércio e mais 170 acordos em processo de negociação, atingindo uma previsão de mais de 300 acordos em 2005. Isso mostra a real tendência dos países à inserção em um Bloco econômico. Entre os principais Blocos econômicos do mundo estão União Européia (UE), Mercado Comum do

Sul (Mercosul), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

Gomes (2005) explica que tais blocos surgem, na maioria das vezes, com intenções econômicas, como ocorreu com o Mercosul e com o Nafta, ao contrário da União Européia, onde o avanço abrange fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais, como resultado do ideal dos estados de aprofundarem cada vez mais a integração. Além disso, dentro da União Européia, alguns países já estão no estágio de união monetária, formando a Zona do Euro. A Eurozona, como também é conhecida, é formada pelos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Republica da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal. Esses países, em 01 de janeiro de 1999, adotaram o EURO como moeda comum e, juntos, formam uma grande potencia econômica mundial, chegando a alcançar, periodicamente, o status de maior economia do mundo segundo estimativas da Central Intelligence Agency (CIA) em seu World Factbook¹.

Em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, criando um amplo projeto de integração econômica, política e social: o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Atualmente, o Mercosul possui caráter de União Aduaneira, mas ainda almeja chegar ao status de União Monetária.

Porém, hoje, quase 25 anos após a assinatura da *Declaração de Foz do Iguaçu* – pedra-base da integração econômica entre Brasil e Argentina que abriria os caminhos para a formação do Mercosul – e de sua conturbada trajetória, é relevante que se tenha uma análise mais densa sobre os efeitos econômicos do mercado comum para as nações envolvidas.

Apesar do comércio do Brasil com seus parceiros do Mercosul ter demonstrado vigor na década de 1990 (anterior a 1998) – impulsionado por políticas econômicas adotadas pelos países do Bloco, tais como o controle da inflação e medidas liberalizantes nas áreas cambial e tarifária – alguns fatores ainda limitam a ampliação do comércio entre os países do Bloco, como, por exemplo, a instabilidade nos balanços de pagamentos de cada país. O avanço da integração econômica no Cone Sul é, sem dúvida, um grande desafio para todos os países envolvidos, tendo em vista os problemas inerentes ao processo

¹ Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html> , acesso em 26 set. 2010.

de formação de um mercado comum, especialmente aqueles relacionados à criação de formas de compatibilização entre os diferentes níveis de estrutura econômica das economias nacionais.

Deste modo, o objetivo do trabalho consiste em apresentar uma discussão sobre a importância dos Blocos econômicos, realizar um histórico do Mercosul e examinar indicadores macroeconômicos dos Países Associados².

Buscando contribuir com as análises e pesquisas sobre o Mercosul, o estudo pretende colaborar com o debate acerca da importância do Bloco para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países envolvidos. Desse modo, este trabalho será focado basicamente na área de economia internacional, mais especificamente na área comercial entre os países do Bloco, destacando indicadores macroeconômicos do Mercosul e dos Países-Membros, bem como indicadores dos novos Países Associados.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro aborda a teoria econômica relacionada com a integração regional e também traça um histórico sobre Blocos Econômicos, destacando como se formaram, com quais objetivos e em quais contextos.

O segundo capítulo versa especificamente sobre o Mercosul, seu histórico e sua importância para os Países-Membros, as dificuldades encontradas em ampliar o Bloco e também as razões que limitam o aumento do volume de comércio entre os países.

No terceiro capítulo, é realizada uma análise entre os Países-Membros e a entrada de novos parceiros. Divide-se em duas partes, sendo que na primeira são observados os investimentos e indicadores de crescimento econômico dos países criadores do Bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – entre 1991 e 2009, dando atenção às sensíveis mudanças nas taxas de crescimento.

Já na segunda parte, o estudo se concentra em levantar dados relativos às novas parcerias do Mercosul – Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru - e em analisar indicadores de crescimento dos novos Países Associados. Ressalta-se que não será abordada neste trabalho a Venezuela, pois, o seu protocolo de adesão ao Bloco assinado em 2006, apesar de já estar aprovado pelos congressos da Argentina, Brasil e Uruguai, ainda depende do sinal verde do congresso paraguaio.

² Países Associados: possuem acordos comerciais, porém não são considerados Estados Membros. Este assunto será abordado no capítulo 4.

2 TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Neste capítulo, pretende-se fazer uma exposição sobre a teoria econômica relacionada com a integração regional, onde se busca elencar os conceitos que irão dar base ao trabalho. Deseja-se também apontar aspectos relacionados ao conceito de integração econômica, além da importância relativa do comércio intrafirma no processo de globalização comercial. Pretende-se, também, traçar um histórico sobre Blocos Econômicos destacando como se formaram, com quais objetivos e em quais contextos.

2.1 Integrações Regionais

Uma integração econômica regional visa, em primeira instância, facilitar o incremento do fluxo de bens e serviços e de capitais dentro da região, com a finalidade de promover a estabilização, a criação de empregos e, portanto, o crescimento econômico. Segundo Balassa (1961), a integração econômica pode ser vista como um processo que conduz a uma supressão de algumas formas de discriminação ao comércio numa determinada área. Desse modo, a coordenação ou harmonização ocorre quando as políticas de cada nação são implementadas de forma a serem compatíveis entre si, ou seja, as decisões dos governos são tomadas em conjunto e/ou de forma consistente, isto é, com um propósito comum. Ambas são consideradas na literatura como condições *sine qua non* para o aprofundamento de qualquer integração econômica e monetária regional.

Na visão estruturalista, a integração econômica é concebida como um processo que busca organizar toda a atividade econômica de dois ou mais países, não apenas comercialmente, mas também a sua produção, formando assim um quadro econômico coerente e equilibrado. De acordo com André Marchal (*apud* Mercadante, 2007, p.27),

“(...) o verdadeiro fenômeno da integração vai bem além dos mercados: ele compreende toda a economia. Ele permite falar-se propriamente da fusão, da compenetração de todos os elementos que compõem as várias unidades para recompor, em certa medida, por movimentos alternados de destruição e de reestruturação, uma nova unidade que reproduza, em uma escala mais ampla a imagem de cada unidade componente.”

Existem diversas categorias de integração que podem ser alcançadas por um grupo de países: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária e Integração Econômica Total.

A Zona de Livre Comércio é a primeira fase da integração econômica entre países, sendo negociada a criação de uma zona onde os bens podem circular livremente sem a existência de barreiras comerciais. Entretanto cada país mantém suas barreiras em relação aos demais. O Art. XXIV do GATT³ define a Zona de Livre Comércio da seguinte forma,

“(...) um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais são eliminados os direitos alfandegários e as demais regulamentações comerciais restritivas, relativamente ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos dessa zona de livre comércio”. (MERCADANTE, 1988 p. 61)

No Nafta, por exemplo, mesmo que os bens mexicanos entrem nos Estados Unidos sem tarifas e vice versa, não é exigido que esses adotem uma tarifa externa comum sobre os bens que importam de outros países. Por isso, mesmo com a Zona de Livre Comércio, ainda se mantém as inspeções aduaneiras entre os países. Krugman (1999, p.182) comenta:

“O ponto é que a administração de uma área de livre comércio que não seja uma União Aduaneira exige não apenas que os países continuem verificando bens na fronteira, mas que especifiquem um conjunto elaborado de ‘regras de origem’, capazes de determinar se um bem tem direito de cruzar a fronteira sem pagar tarifas.”

A União aduaneira é a segunda fase da integração econômica. Além da Zona de Livre Comércio é negociada uma tarifa externa comum frente a terceiros países, bem como

a coordenação conjunta da política aduaneira. Nesse sentido, a União Aduaneira leva a abdicação de certas prerrogativas de soberania, visando à facilitação ou viabilização de tal política comum. A liberdade comercial proporcionada por essa categoria de integração provoca a necessidade de atuação em outros campos paralelos, como o monetário, o fiscal e o de transportes, dentre outros. Krugman (1999, p.182) resume bem a diferença entre Zona de Livre comércio e União Aduaneira:

“Em poucas palavras, a diferença entre uma área de livre comércio e uma União Aduaneira é a seguinte: a primeira é politicamente simples, mas com uma dor de cabeça administrativa; a segunda é exatamente o contrário.”

Ainda segundo este autor, em uma União Aduaneira os países têm que ceder parte de sua soberania para uma entidade supranacional, com o objetivo de cobrarem as mesmas tarifas externas, a exemplo a União Européia. Obviamente este tipo de união servia a Europa no período posterior a Segunda Guerra Mundial, pois além da unidade econômica, a União Aduaneira ajudaria a reforçar as alianças políticas entre as democracias européias.

A terceira fase é o Mercado Comum. Além da coordenação de Política Monetária e Política Fiscal é necessário compatibilizar as legislações correlatas, como normas trabalhistas, previdenciárias, regulação de capital, permitindo a livre circulação de pessoas, serviços e capitais. Nessa fase é necessária a criação de instituições supranacionais que determinem a legislação do mercado comum, bem com a existência de um orçamento da comunidade. Exemplo a União Européia, que a respeito da liberdade de estabelecimento e a livre prestação de serviços, o Tratado de Nice, assinado pelos seus estados membros dispõe:

“No âmbito das disposições seguintes, são proibidas às restrições de estabelecimento dos nacionais de um Estado-membro no território de outro Estado-Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-membro estabelecidos no território de outro Estado-membro (art.43). No âmbito das disposições seguintes, as restrições à livre prestação de serviços na Comunidade serão proibidas em relação aos nacionais dos Estados-Membros estabelecidos num estado da Comunidade que não seja o do destinatário da prestação” (art.49). Para os efeitos no disposto no presente Tratado, consideram-se ‘serviços’ as prestações realizadas normalmente mediante remuneração, na medida em que não sejam reguladas pelas disposições relativas à livre circulação de

³ GATT: General Agreement on Tariffs and Trade.

mercadorias, de capitais e de pessoas (art. 50)”. (MERCADANTE, 2007 p. 33)

União Econômica e Monetária é a quarta fase da integração econômica. Além das medidas adotadas no mercado comum, há certo grau de harmonização das políticas econômicas dos países participantes, visando a diminuir as diferenças entre as diversas políticas. Implica a criação de um banco central da união, podendo ser criada uma moeda única para o Bloco, com o desaparecimento ou não das moedas nacionais. Segundo Mercadante (2007, p. 29), a União Monetária seria uma

“Consequência lógica e inevitável do aprofundamento de integração nos domínios comercial, produtivo e financeiro, assim como será um potente mecanismo de convergência das políticas econômicas e de aproximação de comportamentos sociais nos vários Estados-membros, originando, a prazo, uma maior integração política.”

Na Integração Econômica Total, que poderia ser entendida como última fase, os Estados membros passam a ter uma autoridade supranacional, com a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e outras. Nesta fase, deve existir a criação de uma política comum de relações externas, de defesa e de segurança.

De acordo com Montoya (1993), independente do modo de integração selecionado, o início ocorre com a implementação de medidas que buscam suprimir a discriminação ao comércio entre os países-membros, enquanto se fixam tarifas externas contra países de fora do Bloco. Também para o autor, a promoção do comércio integrado entre um grupo de países, independente da forma de integração adotada, passa por três grandes etapas, sendo elas: o estabelecimento de alguma forma aduaneira de livre comércio; unificação na área tributária, buscando harmonizar gradualmente as tarifas internas e externas do comércio; e a criação de um mercado comum, agregando fluxos livres de fatores de produção às duas fases anteriores.

Entretanto, é preciso ressaltar que as categorias de integração citadas anteriormente supõem uma sequência de etapas no processo de integração que, na prática, não é cumprida. Os processos de integração econômica - mesmo que se admita terem eles uma direção predominante que os leva das formas elementares às superiores - não necessariamente passam pelos graus sucessivos do processo de integração. O Pacto Andino, por exemplo, (atualmente chamado de Comunidade Andina de Nações), desde sua

origem em 1969, contém elementos típicos de um mercado comum, sem necessariamente ter cruzado pelas etapas de Zona de Livre Comércio e de União Aduaneira.

2.2 Processos de integração x comércio intrafirma

Comumente o processo de integração econômica é confundido com a globalização. A integração econômica tem avançado não apenas quantitativa, mas qualitativamente nos últimos anos. Ou seja, não apenas o mundo é uma economia mais “aberta”, como também o intercâmbio entre as nações mudou de natureza em vista, por exemplo, do comércio intrafirma, ou seja, aquele que tem lugar entre empresas do mesmo grupo.

Existem ainda questionamentos em relação à globalização, e em particular com os danos, reais ou imaginários, causados pela integração, porém já não existem mais aqueles que negavam a existência ou a importância do fenômeno.

Em boa medida a integração econômica avançou de forma distinta em diferentes regiões do mundo, mercê da influência de acordos internacionais, cujo impulso surgiu da esfera política. Ou seja, o impulso integrador gerado por acordos regionais e sub-regionais, como os da Europa, o Mercosul e o Nafta por exemplo, foram mais fortes que os provocados pelos acordos multilaterais sob os conselhos da Organização Mundial do Comércio.

De qualquer forma, deve-se ter claro que acordos internacionais de comércio e de integração são apenas uma parte da história; talvez a mais relevante do processo de globalização seja a que ocorre de forma espontânea, ou seja, tendo como base estratégias corporativas individuais de empresas multinacionais e desligadas dos acordos comerciais. Neste sentido, deve-se ter em conta o papel fundamental do investimento direto internacional, que produz integração e abertura para onde vai, não instantaneamente, mas certamente com o passar dos anos.

Como este tipo de comércio não existia há 50 anos pode-se dizer que a maior parte do desenvolvimento do comércio mundial nas últimas décadas foi provocado pela internacionalização da produção industrial no seio de corporações multinacionais.

“O lugar atualmente ocupado por muitos países em desenvolvimento no sistema mundial de intercâmbio não é resultado de uma dotação fatorial natural, que de alguma maneira tenha caído do céu. Em grande número dos casos, sua situação de produtor e exportador de uma ou duas matérias-primas básicas, de mineração ou agricultura, frequentemente com demanda cada vez menor pelos países industrializados, e resultados de antigos investimentos diretos feitos a partir de 1880 por administrações ou empresas estrangeiras”. (CHESNAIS, 1996 p.24)

O aumento dos investimentos diretos estrangeiros a partir da década de 1980 fez com que se consolidasse a relação de interdependência entre os países. Hoje em dia, uma proporção da ordem de um terço ou mais do comércio mundial é de comércio intrafirma, que definiremos a seguir.

Entende-se como comércio intrafirma as operações comerciais que uma empresa realiza com sua matriz ou com suas coligadas. Esse tipo de comércio possivelmente se intensificou com o crescimento da globalização nos últimos anos.

2.3 Blocos Econômicos

Não obstante a cooperação entre as nações seja um fenômeno conhecido desde a antiga história da humanidade - na Grécia antiga as cidades já se juntavam para se protegerem militarmente - foi em um período histórico de paz mundial, entre o final das Guerras Napoleônicas (1815) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914), que começaram a surgir Organizações Internacionais nos moldes em que hoje conhecemos.

Com o aumento da importância dessas organizações, principalmente no período posterior a Segunda Guerra Mundial, os Estados parecem cada vez mais depender uns dos outros. Os avanços em tecnologia, telecomunicações e dos meios de transportes fizeram com que houvesse um estreitamento nas relações entre os povos ao redor do planeta.

A grande consequência disso, é que se criaram laços culturais, sociais, políticos e econômicos intensos entre os países, de sorte que se tem hoje um sistema internacional mais integrado. É nessa conjuntura que surgem as Organizações Internacionais, especialmente as de integração e cooperação econômica.

O primeiro bloco econômico nasce na Europa, com a criação, em 1957, da Comunidade Econômica Européia – CEE (embrião da atual União Européia). Entretanto, a tendência de regionalização da economia só se fortalece nos anos 90: a dissipação dos dois grandes blocos da Guerra Fria, liderados por Estados Unidos e União Soviética, termina por instigar a formação das zonas independentes de livre-comércio, um dos aspectos do processo de globalização. Atualmente, os mais importantes são o NAFTA (North American Free Trade Agreement), a União Européia (UE), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e, em menor grau o Pacto Andino, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Comunidade da África Meridional Para o Desenvolvimento (ADC).

No plano mundial, as relações comerciais são reguladas pela (OMC), que substituiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947. A Organização vem promovendo o acréscimo no volume do comércio internacional por meio da redução geral de barreiras alfandegárias. Esse movimento, contudo, é acompanhado pelo fortalecimento dos blocos econômicos, que buscam manter maiores privilégios aos países membros.

2.3.1 A União Européia

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Europa deixa de ser o centro econômico do mundo. Os Estados Unidos consolidam-se como a principal potência capitalista, e financiam a reconstrução européia por meio do Plano Marshall. Perante a esse quadro, os países europeus resolvem unir-se em organizações econômicas para ampliar os seus mercados consumidores e competir com os Estados Unidos e a União Soviética. Assim, em 1957: França, Itália, República Federal da Alemanha e os países do BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) assinam o Tratado de Roma, formando o Mercado Comum Europeu (MCE) ou a Comunidade Econômica Européia (CEE), como ficou mais conhecida.

A CEE foi formada inicialmente por seis países, número que se manteve até 1973. Hodiernamente a União Européia é uma União Supranacional econômica e política de 27

Estados membros⁴ e conta ainda com outros seis⁵ em processo de negociação. Os países pertencentes ao Bloco podem ser visualizados na figura 1.



Figura 1 – Países da União Européia

Em 1991 firma-se o Tratado da União Européia em Maastrich (Holanda), mais conhecido como Tratado de Maastrich. Este entra em vigor em novembro de 1993, e presume um mercado interno único e um sistema financeiro e bancário comum, com moeda própria – o euro – que passa a vigorar em 01 de janeiro de 1999.

O Tratado garante também a cidadania única aos habitantes dos países do Bloco. Este acordo lança ainda as bases de uma política externa e de defesa européias. No âmbito social, ficam definidos quatro direitos básicos aos cidadãos da UE: a livre-circulação, a assistência previdenciária, a igualdade entre homens e mulheres, e as melhores condições de trabalho. Do mesmo modo, serão unificadas as leis trabalhistas, criminais, de imigração e as políticas externas dos países-membros.

2.3.2 NAFTA

⁴ Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Reino Unido.

⁵ Macedônia, Croácia, Turquia e em pré-negociação Albânia, Montenegro e Islândia.

Em 01 de janeiro de 1994 entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA - North American Free Trade Association), assinado pelos EUA, Canadá e México. Mesmo que inferior a União Européia em número de países envolvidos, o NAFTA é extremamente significativo na economia global, isso em virtude da magnitude das nações que o compõem. Os países pertencentes ao Bloco podem ser visualizados na figura 2.



Figura 2 – Os Países do Nafta

O NAFTA tinha como meta a total eliminação das barreiras alfandegárias em um prazo de 15 anos. Esse comércio regional na América do norte favoreceu a economia mexicana e ajudou-a a enfrentar a concorrência representada pela União Européia e pelo Japão. As finalidades do NAFTA estão explicitadas abaixo, conforme o Artigo 102⁶ do acordo:

- a) Eliminar as barreiras alfandegárias, e facilitar o movimento de produtos e serviços entre os territórios dos países participantes;
- b) Promover condições para uma competição justa dentro da área de livre comércio;
- c) Aumentar substancialmente oportunidades de investimento dos países participantes;
- d) Oferecer proteção efetiva e adequada e garantir os direitos de propriedade

⁶ Ver <<http://www.nafta-sec-alena.org/en/view.aspx?x=343&mtpiID=122#102>>

- intelectual no território de cada um dos participantes;
- e) Criar procedimentos efetivos para a implementação e aplicação deste tratado, para sua administração conjunta e para a resolução de disputas;
 - f) Estabelecer uma estrutura para futura cooperação trilateral, regional e multilateral para expandir e realçar os benefícios deste acordo.

2.3.3 *Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC)*

Fundado inicialmente como um fórum com o objetivo de apoiar o crescimento econômico sustentável e a prosperidade na região Ásia – Pacífico, assumiu contornos de bloco econômico a partir da conferência de Seattle em 1993. A idéia da APEC foi abordada primeiramente publicamente pelo ex-primeiro-ministro da Austrália, Sr. Bob Hawke, durante um discurso em Seul, na Coréia, em janeiro de 1989. Mais tarde, naquele ano, 12 economias da Ásia-Pacífico se reuniram em Camberra, na Austrália para estabelecer o APEC. Os membros fundadores foram: Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Coréia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Estados Unidos.

China, Hong Kong, China e Taipé Chinês se vincularam em 1991. México e Papua Nova Guiné em 1993. O Chile aderiu em 1994. E em 1998, Peru, Rússia e Vietnã, se atrelaram, tendo a adesão plena aos 21. Os países pertencentes ao Bloco podem ser visualizados na figura 3.

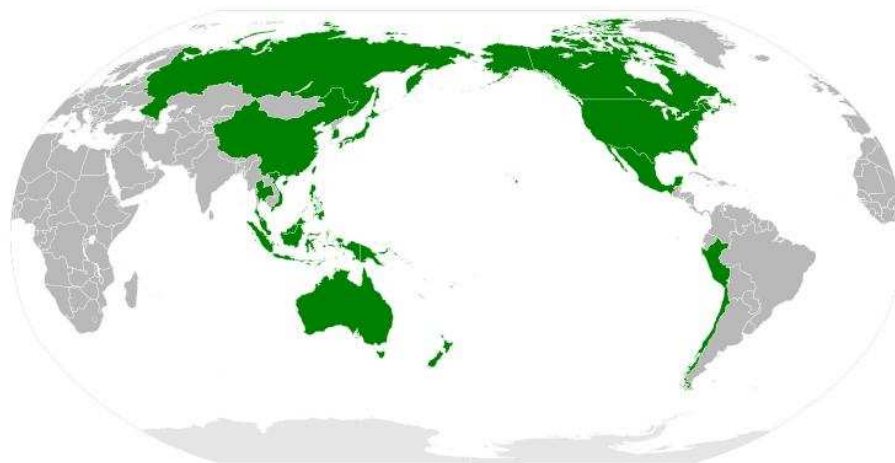


Figura 3 – Os países do APEC

De acordo com os dados encontrados sobre o PIB do Bloco no sitio oficial da APEC⁷:

A região da Ásia-Pacífico tem sido consistentemente a região mais dinâmica economicamente no mundo. Desde a criação da APEC, em 1989, o total do comércio da APEC cresceu 395%, ultrapassando significativamente o resto do mundo. No mesmo período, o PIB (em termos de paridade de poder) na região da APEC triplicou, enquanto o PIB no resto do mundo tem menos do que duplicou.

Estas nações, em união, declararam em sua missão⁸:

Estamos unidos em nossos esforços para construir uma comunidade dinâmica e harmônica da Ásia-Pacífico por defender o comércio livre e aberto e de investimento, promover e acelerar a integração económica regional, incentivando a cooperação económica e técnica, o reforço da segurança humana, e facilitar um ambiente empresarial favorável e sustentável. Nossas iniciativas transformar metas em resultados concretos de políticas e acordos em benefícios tangíveis.

Quando a APEC foi criada em 1989, as tarifas externas comerciais dos países eram em média 16,9%. Em 2004, cerca de 70% dessa região já havia reduzido suas tarifas para 5,5%. Como consequência disso, as importações e exportações da região passaram de 1,7 trilhão de dólares em 1989 para 8,44 trilhões de dólares em 2007. Um aumento médio de 8,5 % ao ano.

2.3.4 Comunidade Andina de Nações

Chamado inicialmente de Pacto Andino, surgiu em 1969 através da assinatura do Acordo de Cartagena, passou a se chamar Comunidade Andina de Nações a parti de 1996. O Bloco atualmente é composto por: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, visto que seu outro componente, a Venezuela, deixou o Bloco em 2006 por discordar de acordos de livre comércio realizados por Peru e Colômbia com os Estados Unidos. O Chile já havia deixado o grupo em 1977.

⁷ Disponível em : <<http://www.apec.org/>>, acesso em 28 out. 2010

⁸ Disponível em <http://www.apec.org/apec/about_apec/mission_statement.html> , acesso em 28 out. 2010.

Mesmo com sua retirada do Bloco, o Chile e os membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) são países associados à Comunidade Andina. Nestes países existe uma relação baseada em um importante comércio e a existência de interesses comuns na vida social e política. México e Panamá já demonstraram interesse em participar do grupo e hoje mantêm um diálogo ativo com a Comunidade Andina com o objetivo de alcançar uma ampliação do comércio uma maior aproximação e cooperação política. Os países pertencentes ao Bloco podem ser visualizados na figura 4.



Figura 4 – Os países do Pacto Andino

2.3.5 Comunidade dos Estados Independentes (CEI)

Em 8 de dezembro de 1991 em Viskuly, residência do governo bielorrusso, os líderes da República da Bielorrússia, da Federação Russa e Ucrânia, assinaram o acordo sobre o Estabelecimento da Comunidade de Estados Independentes (CEI). Logo em seguida, mais exatamente no dia 21 de dezembro de 1991 em Alma-Ata, os representantes de onze estados soberanos (exceto os Estados bálticos e a Geórgia) assinaram o Protocolo de Acordo, em que define-se que a República do Azerbaijão, Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e Ucrânia passariam a se encontrar em base da igualdade com as nações estabelecidas na CEI.

Os participantes da reunião aprovaram por unanimidade a Declaração de Alma-Ata, reafirmando o compromisso das ex-repúblicas soviéticas para a cooperação em vários

campos da política externa e doméstica, proclamando a garantir o cumprimento das obrigações internacionais da antiga União Soviética. A CEI opera através da Carta, aprovada pelo Conselho de Chefes de Estado em 22 de janeiro de 1993.

A CEI não é um estado e não tem poderes supranacionais. Em setembro de 1993, os Chefes de Estado da Comunidade dos Estados Independentes assinaram o Tratado Constitutivo da União Econômica, que leva o conceito de transformação de interação econômica dentro da CEI, tendo em conta as realidades existentes no mesmo. O Tratado foi baseado no consenso de que os participantes do Bloco precisam formar um espaço econômico comum, baseado na livre circulação de mercadorias, serviços, capital, trabalho. Entendem também que para o próprio desenvolvimento precisam convergir suas políticas econômicas a fim de regular a atividade econômica e assim crias condições favoráveis para o desenvolvimento da sua produção⁹.

Os países pertencentes ao Bloco podem ser visualizados na figura 5.



Figura 5 – Os países do CEI.

2.3.6 Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

A SADC foi criada em 1992 como fruto da transformação da antecedente SADCC (Southern Africa Development Co-ordination Conference) ou Conferência para o Desenvolvimento da África Austral, criada em 1980 por nove dos estados membros. Hoje a SADC engloba 14 países do sul da África¹⁰ e somam um PIB de 471 bilhões de dólares.¹¹ As suas principais metas são:

⁹ Ver mais em <http://www.cis.minsk.by/>

¹⁰ África do Sul, Angola, Botsuana, Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.

- a) Promover o crescimento e desenvolvimento econômico, aliviar a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo africano, e prover auxílio aos mais desfavorecidos por meio de integração regional.
- b) Evoluir valores políticos, sistemas e instituições comuns.
- c) Promover e desenvolver a paz e a segurança.
- d) Promover o desenvolvimento auto-sustentável por meio da interdependência coletiva dos Estados membros e da autoconfiabilidade.
- e) Atingir a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais.
- f) Promover e maximizar a utilização efetiva de recursos da região.
- g) Atingir utilização sustentável de recursos naturais e a proteção do meio-ambiente.
- h) Reforçar e consolidar as afinidades culturais, históricas e sociais de longa data da região.

Os países pertencentes ao Bloco podem ser visualizados na figura 6.



Figura 6 – Os países do SADC.

Embora o processo de regionalização ainda não esteja completamente consolidado, pois necessita de ajustes entre as distintas nações que o compõem, é fato que o movimento de integração regional apresenta reais sinais de que é um processo irreversível.

O Mercosul é um exemplo importante. Embora suas estruturas não tenham se consolidado, elas estabelecem linhas de ação que são seguidas pelos países que o

¹¹ Ver mais em <http://www.sadc.int/index/browse/page/715>

constituem – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Abordaremos mais profundamente o caso do Mercosul no capítulo a seguir.

3 HISTÓRICO DO MERCOSUL

A integração econômica latino-americana teve início em 1960 com a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) pelo Tratado de Montevidéu, que estabeleceu uma Zona de Livre Comércio para circulação de bens entre onze países sul-americanos e que deveria ser finalizada até 1972. Em 12 de dezembro de 1969, por meio do Protocolo de Caracas, estendeu-se o prazo para a concretização de uma Zona de Livre Comércio até 31 de dezembro de 1980. Foi através do Tratado de Montevidéu, de 12 de agosto de 1980, que a ALALC foi absorvida pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), sendo esta constituída por doze Estados-Partes (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

A ALADI é um organismo intergovernamental que promove a expansão da integração da região, com vistas a garantir seu desenvolvimento econômico e social e tendo como meta a criação de um mercado comum latino-americano. Seus objetivos são: reduzir e eliminar gradativamente as barreiras ao comércio recíproco de seus países-membros; impulsionar o desenvolvimento de vínculos de solidariedade e cooperação entre os povos latino-americanos; promover o desenvolvimento econômico e social da região de forma harmônica e equilibrada, a fim de garantir um melhor nível de vida para seus povos; renovar o processo de integração latino-americano e estabelecer mecanismos aplicáveis à realidade regional, e; criar uma área de preferências econômicas, tendo como objetivo final o estabelecimento de um mercado comum latino-americano.

Para tanto, previu-se como mecanismo básico a criação de uma zona de preferência tarifária regional, observando-se especialmente os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo e estimulando-se a celebração de acordos bilaterais, pelos quais

os países envolvidos poderiam aprofundar as concessões feitas globalmente, desde que se permitisse a adesão de outros Estados integrantes da ALADI.

A fim de desenvolver seus objetivos e tarefas, a ALADI conta com uma estrutura institucional composta por três foros políticos (o Conselho de Ministros, a Conferência de Avaliação e Convergência e o Comitê de Representantes) e a Secretaria-Geral, seu órgão técnico¹².

Com relação ao processo de integração regional, Faria (2007, p.6) aponta que esse

“(...) responde a um movimento mais geral de mudança da dimensão espacial dos sistemas econômicos, onde a continuidade da acumulação de capital exige uma ampliação dos mercados para além das fronteiras dos estados nacionais, e que se traduz em dois movimentos: a internacionalização dos capitais e a formação de Blocos Continentais. Na América do Sul, esse processo teve dois pontos de partida, a Comunidade Andina e o Mercosul, além de contar com um fórum de articulações diplomáticas que é a Associação Latino-americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI). O Bloco de países andinos encontra-se em crise profunda, na medida em que alguns de seus membros vêm assinando tratados bilaterais de livre-comércio com os EUA, motivo do recente abandono do pacto pela Venezuela ao decidir formalizar sua adesão ao Mercosul..”

Diferentemente, e muito embora de forma lenta e muitas vezes ziguezagueante, a união formalizada entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai segue seu rumo, tendo sido capaz de sobreviver às crises de 1999 e 2001 sofridas por Brasil e Argentina respectivamente, alcançando novo impulso com a aproximação de outros sócios, pois, além da Venezuela, em processo de adesão plena, Bolívia e Chile também participam de forma parcial

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), como mencionado anteriormente, constitui uma etapa importante nos esforços de integração econômica da América Latina e tem seu marco histórico no Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, na capital paraguaia, pelos presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e seus respectivos ministros de Relações Exteriores.

No que diz respeito às origens do Mercosul, Faria (2004, p.126) afirma que,

“Embora as iniciativas de integração latino-americana sejam quase tão antigas quanto a da União Européia (a ALALC é de 1960, enquanto a Comunidade Econômica Européia foi fundada em 1957), sua efetividade,

¹² Para mais informações acerca da ALADI, ver: <http://www.aladi.org/nsfweb/sitioport/>

no sentido de uma evolução do processo que tenha significado econômico e social, só veio a se materializar nos anos 90. (...) O movimento integracionista que formou o Mercosul resultou da iniciativa de aproximação argentina e brasileira de meados dos anos 80 e se concretizou em 1991, quando, com a adesão do Paraguai e do Uruguai, foi firmado o Tratado de Assunção.”

O Mercosul foi criado com o objetivo de buscar uma integração mais competitiva das economias dos quatro países num mundo em que se consolidam grandes espaços econômicos e onde o progresso técnico se torna cada vez mais essencial para o êxito dos planos de investimento. Constituem-se como outros objetivos da criação desse Bloco econômico: favorecer as economias de escala, reforçando as possibilidades de cada um dos países-membros com o incremento da produtividade, bem como estimular os fluxos de comércio com o resto do mundo, tornando mais atraente os investimentos na região; e, ainda, balizar as ações dos setores privados, que deverão ser os principais motores da integração.

De acordo com o Tratado de Assunção, com a constituição do Mercosul, os Estados-Partes desejam promover o desenvolvimento científico e tecnológico, modernizando suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes, o que se pretende alcançar igualmente pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis.

Segundo documentos da Câmara Parlamentar Conjunta do Mercosul (s/a)¹³, pelo Tratado, o mercado ficaria estabelecido em 31 de dezembro de 1994, implicando em

“(…) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; estabelecimento de uma tarifa externa comum, a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados e a coordenação de posições em foros econômicos/comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os países-membros; e o compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.”

¹³ CÂMARA Parlamentar Conjunta do Mercosul. Disponível em <http://www.camara.gov.br/mercosul/Outros/Historico.htm>, acesso em 20 out. 2010.

No quinto artigo do Tratado ficou definido um período de transição no qual se instituíam alguns instrumentos para a constituição de Mercado Comum:

a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados-Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário. b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior. c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados-Partes. d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes. (Tratado de Assunção, Capítulo 1, Artigo 5)¹⁴.

Em dezembro de 1994 conclui-se esse período de transição em direção a uma União Aduaneira. O que se verificou foi que nessa sua primeira fase, os países do Bloco iniciaram negociações visando à coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes. Para este fim criaram-se subgrupos de trabalho, vinculados ao Grupo Mercado Comum, sobre os seguintes temas: assuntos comerciais, aduaneiros, política agrícola, industrial e tecnológica, fiscal e monetária, transportes, normas técnicas, política energética, coordenação de políticas macroeconômicas e relações trabalhistas, emprego e seguridade social.

Ao mesmo tempo, adotou-se um programa de liberalização comercial, que constituiu na progressiva eliminação, de forma linear e automática, dos gravames e demais restrições aplicados ao seu comércio recíproco, com o intuito de se chegar a dezembro de 1994 com tarifa zero sobre a totalidade do universo tarifário, constituindo-se assim uma área de livre comércio. Há que se destacar que, segundo a Câmara Parlamentar Conjunta do Mercosul (s/a),

reconhecendo diferenças pontuais de ritmo para o Paraguai e o Uruguai, os países acordaram que para esses dois integrantes do Bloco, o prazo de eliminação de gravames seria estendido até 31 de dezembro de 1995. Ao final deste período, os Estados-Partes estabeleceram uma lista de adequação para certos produtos que desejavam manter fora da área de livre comércio, e adotaram uma Tarifa Externa Comum (TEC) para

¹⁴ Para consultar o conteúdo do Tratado de Assunção, ver, por exemplo, em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf, acesso em 27 set. 2010.

produtos provenientes de terceiros países, configurando, assim, *uma União Aduaneira*.

A partir de janeiro de 1995, o Mercosul, já na condição de União Aduaneira, adotou uma agenda voltada para o seu aprofundamento e consolidação. Essa agenda incorporou ao processo negociador certos temas novos que constituíram matéria de importância para as negociações futuras com outros agrupamentos regionais, tais como a liberalização do comércio de serviços e a adoção de um instrumento comum em matéria de compras governamentais. Nesse sentido, na Declaração Presidencial de São José dos Campos, originada do encontro realizado naquela cidade paulista entre os então presidentes Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, em 12 de fevereiro de 1999, ressaltou-se a importância da coordenação de políticas macroeconômicas, de modo a assegurar condições adequadas de concorrências entre os Estados-Partes e frente a terceiros países.

A Declaração recomendou ainda que, no contexto das reuniões regulares dos ministros da Economia e presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, seus representantes busquem intensificar o intercâmbio de informações e pontos de vista sobre os temas da agenda da consolidação e do aprofundamento da União Aduaneira, assim como visem elaborar uma proposta conjunta para o acompanhamento regular da evolução da conjuntura econômica das quatro nações.

Além disso, no que se refere à agenda de consolidação e aprofundamento do Mercosul, a Declaração ressaltou a importância da promoção conjunta das exportações para o resto do mundo, a ser gradualmente implementada, a fim de que participem progressivamente, mediante ações conjuntas, todos os Estados-Partes. Destacou também a importância da coordenação em matéria de mecanismos de defesa comercial frente a terceiros mercados, assim como um mecanismo de consulta para procedimentos *antidumping* intrazona.

A constituição de uma União Aduaneira no Mercosul a partir de 1994 (Acordo de Ouro Preto), caracterizou-se como outra tentativa no entendimento e na adoção de políticas comuns entre os países-membros. No entanto, as crises financeiras internacionais, ocorridas nos anos seguintes, causaram o distanciamento das políticas macroeconômicas. Enquanto a Argentina insistiu em um regime de taxa de câmbio rigidamente atrelada à moeda norte-americana, a partir de 1991 o Brasil manteve um regime cambial mais flexível.

No que tange a questão das políticas macroeconômicas e com relação à taxa de câmbio dos principais países do Bloco, Triches *et al* (2008, p.116-117) afirma que

“No início de 1999, após as eleições gerais de novembro do ano anterior, quando os efeitos da sucessão de choques externos estavam agravando ainda mais a crise interna, o governo brasileiro recém-reeleito, liberou completamente a taxa de câmbio, deixando a Argentina com sua moeda sobrevalorizada e apegada ao sistema anterior. Como resultado, criou-se uma inconsistência de regimes cambiais que conduziram graves desequilíbrios internos e externos, sobretudo no país vizinho.”

Complementarmente, para More (2002, s/p),

“Diferentemente da UE o problema da integração no Cone sul não se situa (inicialmente) no terreno da instabilidade diplomática e da insegurança, mas sim nas assimetrias entre os membros, já que a nova ordem econômica mundial exige a eliminação gradativa das diferenças econômico-sociais entre Estados para a viabilização dos diversos graus de integração econômica”.

As assimetrias sócio-econômicas em que se encontravam os países após a assinatura do Tratado de Assunção dificultaram a coordenação das políticas macroeconômicas que, aliadas à vulnerabilidade externa das economias oriundas das estratégias neoliberais de financiamento, privatizações e abertura brusca de seus mercados, ocasionou aos Estados novamente um endividamento externo devido à reprimarização das exportações.

Cabe ainda destacar que existem importantes questões pendentes no Mercosul, que deverão ser trabalhadas para se avançar na União Aduaneira. De acordo com Forjaz (2006, p.7),

“A heterogeneidade e o diverso grau de industrialização e desenvolvimento econômico de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai sempre causaram dificuldades para o funcionamento do Bloco, ainda enquanto área de livre comércio e mais ainda na situação de União Aduaneira, que nunca se efetivou plenamente: há muitas perfurações da tarifa externa comum e acumulam-se exceções na cobrança de tarifas no comércio intra Mercosul.”

As chamadas perfurações à Tarifa Externa Comum (TEC), impõe limites à plena vigência da União Aduaneira. Elas ocorrem por diversos motivos, entre eles, por acordo entre os sócios, visando um lapso temporal para que determinado segmento econômico não

seja inviabilizado, os quais, ainda, possuem limite ao benefício concedido; por outras vezes, as perfurações podem acontecer em decorrência de protecionismo unilateral.

No que tange a prática protecionista, pode-se aventar a hipótese que ela enfraquece o processo integracionista do Mercosul, interna e externamente, uma vez que perante o comércio internacional os seus Estados-Partes parecem agir sem visão de Mercosul, considerando apenas seus interesses internos e, de certa forma, afastando-se do objetivo do Bloco, qual seja, o de constituir o Mercado Comum.

Outro problema referente à TEC é a exigência da utilização dos certificados de origem dos produtos, em decorrência de ainda não se considerar que a origem é realmente comum. A motivação deste mecanismo é a de salvaguardar os sócios do Mercosul de bens originários de países não-membros, para que esses não sejam beneficiados por políticas econômicas direcionadas exclusivamente aos integrantes do Bloco.

A Câmara Parlamentar Conjunta do Mercosul destaca que, com relação ao Brasil e Argentina, existem outros temas que também constituem perfurações à TEC: os regimes automotivo e açucareiro. Para ela (s/a),

“Ambos estão sendo objeto de exaustivas negociações. O setor automotivo obedece, no momento, a um regime de transição, o qual expirou em 31 de dezembro de 1999, sendo prorrogado por mais seis meses pelos dois países. Outra questão que compõe a consolidação do Mercosul concerne à defesa do consumidor. Nesse contexto, as negociações têm enfrentado dificuldades, em face da assimetria nas legislações nacionais em vigor nos países. No entanto, as normas de defesa do consumidor revestem-se de extrema importância, uma vez que essa é a forma de induzir as indústrias a aprimorarem a sua produção com vistas a uma melhor inserção dos produtos do Mercosul no mercado internacional.”

De modo geral, pode-se perceber que o Bloco, além de consolidar-se como Zona de Livre Comércio e União Aduaneira, tem muitas tarefas pela frente, tais como: a) aperfeiçoar a sua base jurídica e o sistema de solução de controvérsias; b) negociar acordos sobre vários tipos de serviços e compras governamentais; c) aprofundar temas como defesa do consumidor e da concorrência, proteção ambiental e legislação trabalhista.

A respeito da convergência dos indicadores macroeconômicos entre os países do Mercosul, Triches (2003 p.173) menciona que:

“(...) deve ser vista como um processo de aproximação simultânea de cada um de seus membros a um padrão de desempenho econômico

caracterizado pela estabilidade e pelo respeito chamados “fundamentos” macroeconômicos, particularmente a inflação baixa um quadro de austeridade fiscal.”

4 INDICADORES MACROECONÔMICOS DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS

Neste capítulo, pretende-se desenvolver uma análise macroeconômica dos Estados Membros, onde são observados os investimentos e indicadores de crescimento econômico dos países criadores do Bloco – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – entre 1991 e 2009. A finalidade deste levantamento é obter e fornecer uma visão dos números do Mercosul e, assim, verificar e visualizar os avanços propiciados pela integração.

Além disso, também serão averiguados os indicadores macroeconômicos dos novos países que passaram a integrar o grupo no decorrer de sua história. Estes novos parceiros são denominados Estados Associados do Mercosul.

O *status* de Estado Associado é atribuído por Decisão do Conselho do Mercado Comum¹⁵. Para um país atingir esse *status*, a Decisão CMC N° 18/04, que dispõe sobre a admissão de novos Estados Associados no Mercosul, exige, no seu artigo 1º, a assinatura prévia de Acordos de Complementação Econômica (ACEs), instrumentos bilaterais firmados entre o Mercosul e outros membros da ALADI. Nesses acordos se estabelece um cronograma para a criação de uma Zona de Livre Comércio com os Estados Partes do Mercosul e uma gradual redução de tarifas entre o Mercosul e os Estados signatários. Além de poder participar na qualidade de convidado nas reuniões dos organismos do Mercosul, os Estados Associados também podem ser signatários de Acordos sobre matérias comuns. A seguir serão expostos os dados relativos ao Mercosul e na sequência dos países associados, individualmente.

¹⁵ Mais informações sobre o CMC em: <http://www.mercosur.org.uy/home.jsp?contentid=10&seccion=1>

4.1 Principais indicadores do Mercosul

Os principais indicadores abordados nesta parte são: PIB, exportação, importação, balança comercial e dívida externa.

O quadro 1 apresenta os indicadores socioeconômicos dos Países-Membros do Mercosul, antes de acontecer a integração, em 1989. Nele pode-se perceber que são grandes as diferenças entre os Estados que compõem o Bloco, entretanto, há que se destacar a existência de um problema comum: a instabilidade econômica provocada pela remessa líquida de capitais para cobrir os serviços da dívida externa via financiamento internacional.

Indicador	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul*
PIB	77.759	286.525	5.087	6.850	376.221
Exportação	8.972	32.874	1.098	1.404	44.348
Importação	4.906	14.688	1.029	1.112	21.735
Dívida Externa	59.000	113.300	2.002	6.330	180.632
Reservas Internacionais	5.155	9.140	336	1.603	16.234

Quadro 1 - Indicadores socioeconômicos do Mercosul antes da Integração 1989 (em US\$ milhões)

Fonte: dados apresentados por Vasconcelos (2007, p.7)

* Entenda-se Mercosul aqui como a soma dos indicadores dos quatro países.

Cabe aqui lembrar que a década de 1980 foi marcada pela escassez de capital, as consequências da crise do petróleo e o aumento das taxas de juros, a dificuldade para a obtenção de novos empréstimos e a rolagem das dívidas externas. Sendo assim, esse quadro econômico levou os Estados à adoção de políticas de ajustamento recessivas, que afetaram profundamente a estrutura produtiva e o bem-estar social.

A década de 1980 caracterizou-se por uma forte estagnação econômica e altas taxas de inflação, ocasionadas por políticas recessivas, que tinham como objetivo único a solução do problema da dívida externa, afetando os investimentos e, por consequência, o desenvolvimento, levando os Estados a uma crise que provocou um estrangulamento econômico e social.

Isso exposto, verifica-se que o Mercosul nasceu num ambiente de profunda mudança do sistema internacional, como o fim da guerra fria e da bipolaridade, o crescimento do comércio mundial, a interdependência mundial pelo fluxo de comércio, os avanços integracionistas da União Européia. A vitória dos governos com orientação para a abertura de mercado nos Estados-membros, Fernando Collor de Mello (Brasil), Carlos Menen (Argentina), Luis Alberto Lacalle (Uruguai) e Andrés Rodriguez Pedott (Paraguai), levou que propusessem através do Tratado de Assunção, a abertura de suas economias, a livre circulação dos fatores, estabelecimento da TEC, política comercial comum e a coordenação de políticas macroeconômicas.

Os dados macroeconômicos, após a criação do Mercosul são apresentados no quadro número 2. Pelo seu exame, observa-se que o PIB total apresenta um crescimento gradativo no período, sendo que nos dez primeiros anos o incremento foi de cerca de 44%. A evolução de 1990 a 2008 foi de quase triplicação, atingindo 192% de crescimento. Com relação ao PIB *per capita* o crescimento entre os anos de 1990 e 2008 foi de 131%.

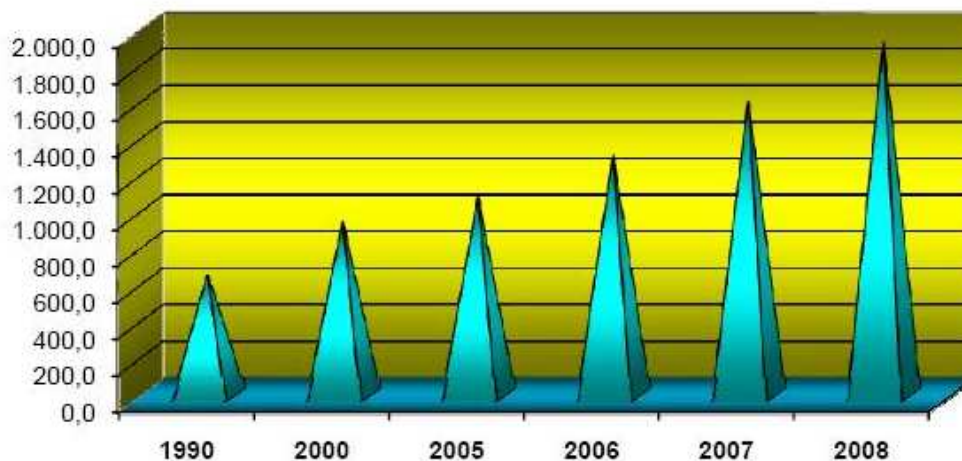
INDICADOR	1990	2000	2005	2006	2007	2008
PIB total, a preços correntes (US\$ bilhões)	663,4	955,7	1.087,5	1.314,2	1.607,4	1.939,9
PIB, per capita, a preços correntes (US\$)	3.499	4.340	4.620	5.513	6.656	8.080

Quadro 2: PIB total, PIB *per capita*, reservas internacionais, dívida externa e dívida externa por habitante do Mercosul (1990/2000/2005 – 2008)

Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil 2009

O gráfico 1 permite visualizar a evolução do PIB no período mencionado, onde fica claro o crescimento gradativo.

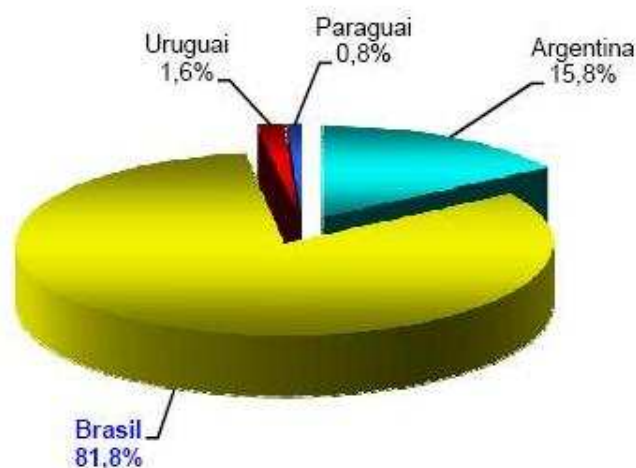
Gráfico 1: Evolução do PIB do Mercosul, 1990/2000 e 2005 – 2008



Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil 2009a.

No que tange a participação do PIB individual de cada país na formação do total do Bloco, o gráfico 2 deixa clara a importância e o peso do PIB do Brasil para o Mercosul, que sozinho corresponde por 81,8% do total.

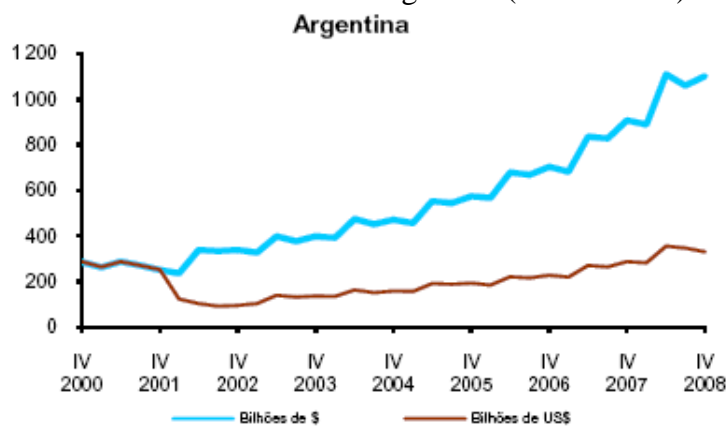
Gráfico 2: Participação dos Países no PIB do Mercosul, 2008



Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009a.

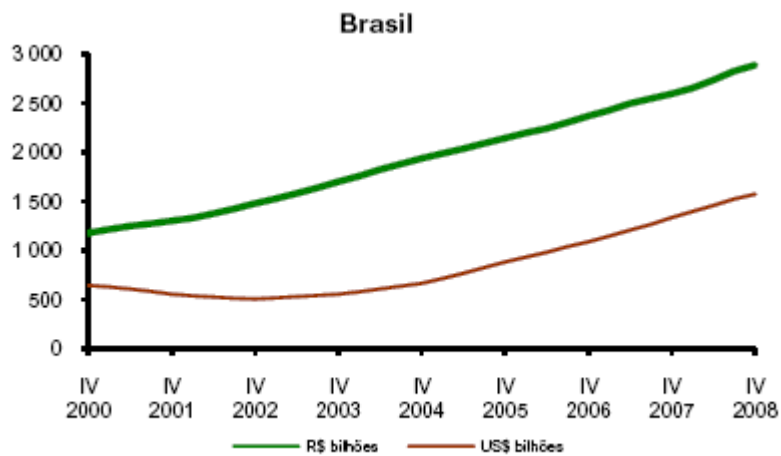
O exame do PIB dos países membros, individualmente, mostra que no decorrer da última década todos apresentaram um crescimento estável. Com exceção da Argentina, que em 2001, como resultado do fim da paridade peso-dólar, registrou uma significativa queda real do seu PIB. Mas mesmo a Argentina, nos anos seguintes, voltou a registrar uma leve recuperação. Os gráficos 4, 5, 6 E 7 referem-se aos valores correntes dos PIB para Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, respectivamente.

Gráfico 4: PIB Argentino (2000 – 2008)



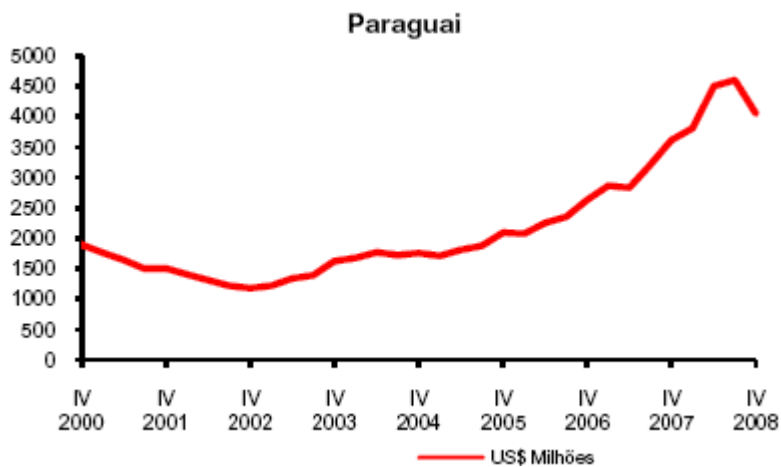
Fonte: Mercosul, 2009.

Gráfico 5: PIB Brasileiro (2000 – 2008)

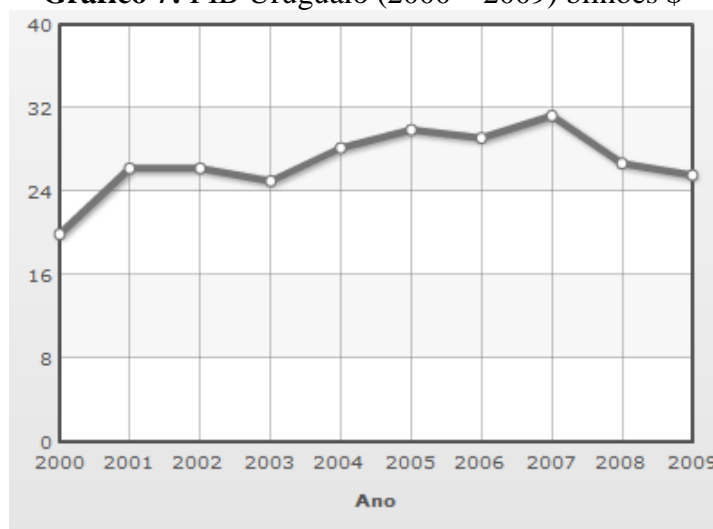


Fonte: Mercosul, 2009.

Gráfico 6: PIB Paraguaio (2000 – 2008)



Fonte: Mercosul, 2009.

Gráfico 7: PIB Uruguaio (2000 – 2009) bilhões \$

Fonte: CIA World Factbook

O quadro número 3 apresenta os dados referentes às exportações e importações para o período. Consta-se que ambos indicadores cresceram significativamente até 2007. Porém no ano de 2008, devido à crise financeira internacional – Crise do *Subprime*¹⁶ – os dados apontam uma significativa redução de 43% nas exportações e 51% nas importações.

INDICADOR	1990	2000	2005	2006	2007	2008
Exportações Totais (US\$ milhões)	46.433	84.624	164.004	190.459	223.973	126.505
Importações Totais (US\$ milhões)	29.302	86.853	127.502	166.711	228.917	111.572
Balança Comercial (US\$ milhões)	17.131	-2.229	36.502	23.748	-4.944	14.933
Intercâmbio Comercial (US\$ milhões)	75.735	171.477	291.506	357.170	452.890	238.077
Exportações Intra MERCOSUL (US\$ milhões)	14.769	17.829	21.128	25.775	32.844	17.034

Quadro3: Exportações, Importações, Balança Comercial, Intercambio Comercial, e Exportações Intra Mercosul.

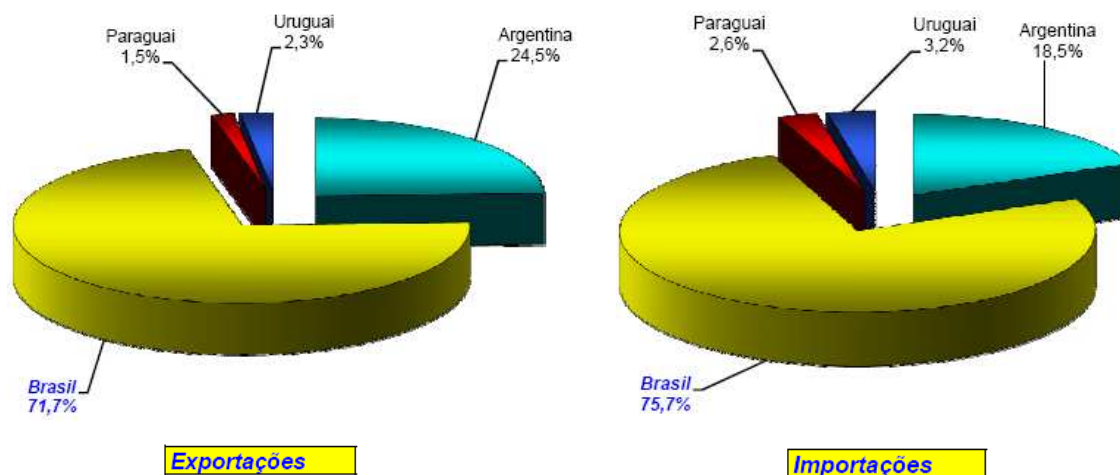
Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009.

Com relação à participação dos Países-Membros no total das exportações e das importações do Mercosul no ano de 2007, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil indica que o país é responsável por 71,7% das exportações e 75,7% das importações, como pode ser verificado no gráfico 8.

¹⁶ Sobre a Crise do *Subprime* ver mais em: Borça Junior e Torres Filho. Analisando a Crise do Subprime. Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/

Gráfico 8: Participação dos Países-Membros no total das exportações e das importações do Mercosul (2007)



Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009.

Os quadros 4, 5, 6 e 7 fornecem, respectivamente, os valores das exportações, medido em milhões de dólares, de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com seus co-signatários.

Observando o quadro 4 pode-se mensurar a importância do Brasil como importador da Argentina no Mercosul. O mesmo pode ser verificado através do exame do quadro 5, da Argentina como consumidora da produção brasileira.

Ano	Brasil	Paraguai	Uruguai
2002	4828	341	542
2003	4663	445	543
2004	5605	522	684
2005	6335	509	864
2006	8132	621	1196
2007	10486	779	1205
2008 (jan.-jun.)	5325	395	612

Quadro 4: Exportações argentinas intrazona em milhões US\$, (2002-2008)

Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009.

Ano	Argentina	Paraguai	Uruguai
2002	2342	558	411
2003	4561	707	404
2004	7373	872	667
2005	9915	961	850
2006	11714	1231	1006
2007	14417	1468	1288
2008 (jan.-jun.)	7501	858	670

Quadro 5: Exportações brasileiras intrazona em milhões US\$, (2002-2008)

Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009.

Ano	Argentina	Brasil	Uruguai
2002	35	353	165
2003	66	425	243
2004	102	313	451
2005	107	326	479
2006	169	328	420
2007	960	434	522
2008 (jan.-jun.)	474	216	342

Quadro 6: Exportação paraguaias intrazona em milhões US\$, (2002-2008)

Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009.

É interessante analisar no quadro 6 o crescimento das exportações paraguaias para o Uruguai entre 2002 e 2007.

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai
2002	111	485	58
2003	155	471	48
2004	223	484	59
2005	267	458	56
2006	281	618	59
2007	425	786	73
2008 (jan.-jun.)	210	391	40

Quadro 7: Exportação uruguaias intrazona em milhões US\$, (2002-2008)

Fonte: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009.

4.2 Países Associados

Nesta parte será feita a observação dos indicadores macroeconômicos dos Países Associados do Mercosul.

Com exceção da Colômbia, um fator comum às economias da região andina é que elas também sofreram, nos anos 80, o impacto mais profundo do que se chamou década perdida da América Latina. Aumento da inflação e da dívida externa, PIB negativo eram compartilhados por Bolívia, Chile, Peru e Equador, assim como os demais países da América Latina nesse período. Nenhuma das economias da região tinha conseguido, nas décadas anteriores, desenvolver um modelo vitorioso de substituição de importações, menos ainda produzir uma economia de exportação com uma variada quantidade de itens. Em alguns casos como o da Venezuela e o do Equador, as exportações continuavam se fundamentando exclusivamente no petróleo, e no caso da Bolívia, na produção de minérios. Thorp (2000, p.267) comenta ainda:

“A economia peruana cresceu, mas o fez na dependência de influxos de capital externo, da sobrevalorização do Câmbio e de juros altos – os fenômenos costumeiros.”

Em seguida observam-se alguns dados sobre o comportamento dessas economias, antes e após associação ao Mercosul. Como citado na introdução, não será abordada neste trabalho a Venezuela, pois, o seu protocolo de adesão ao Bloco assinado em 2006, apesar de já estar aprovado pelos congressos da Argentina, Brasil e Uruguai, ainda depende do sinal verde do congresso paraguaio.

4.2.1 Bolívia

Localizada no centro da América do Sul, a Bolívia faz fronteira com Brasil, Paraguai, Argentina, Chile e Peru. É um país em desenvolvimento, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio, e uma pobreza que atinge cerca de 60% da população. Dentre suas principais atividades econômicas, estão a agricultura, silvicultura,

pesca, mineração, e bens de produção como tecidos, vestimentas, metais refinados, e petróleo refinado. A Bolívia é muito rica em minerais, especialmente em estanho.

Em dezembro de 1996 foi firmado o Acordo de Complementação Econômica número 36 – Mercosul/Bolívia.¹⁷ Este Acordo visava, entre outros objetivos, a conformação de uma Área de Livre Comércio entre as Partes, em um prazo máximo de 10 anos. Esse acordo teve, desde sua assinatura, 25 protocolos adicionais, no entanto, a referida área não se estabeleceu.

Com relação a indicadores macroeconômicos, a Bolívia tem apresentado um PIB crescente nos últimos anos. Em 2004 o valor era de US\$ 8,8 bilhões que duplicaram em apenas quatro anos. Seu crescimento real passou de 4,2% em 2004 para 6,1% em 2008 (quadro 8).

Um estudo feito pelo Centro para Pesquisas de Política Econômica (CEPR, na sigla em inglês), baseado em Washington, indicou que o PIB boliviano chegou a US\$ 19 bilhões, em 2009, e o PIB *per capita* pulou de 876 dólares em 2005 para 1671 em 2009¹⁸. De acordo com o estudo, a razão para tal crescimento se deu como resultado de um aumento da receita do governo a partir do pagamento de *royalties* sobre hidrocarbonetos, em 2005. Zucco (2008, p. 17) afirma,

“Desde o início desta década, as receitas originadas da indústria de hidrocarbonetos passaram de um terço para quase metade dos ingressos fiscais do governo boliviano, e correspondem hoje a mais de 13% do PIB. Por sua magnitude e pela velocidade de seu crescimento, os recursos do gás tiveram um grande impacto na dinâmica política doméstica, particularmente considerando-se o aspecto geográfico.”

	2004	2005	2006	2007	2008
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	8,8	9,5	11,5	13,1	17,2
Crescimento real do PIB %	4,2	4,5	4,7	4,6	6,1
Exportações (FOB) milhões US\$	2.254	2.240	3.081	3.479	4.209
Importações (CIF) milhões US\$	1.888	2.343	2.554	3.113	3.861

Quadro 8: Indicadores macroeconômicos do Bolívia (2004-2008)

Fonte: BRASL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010.

¹⁷ O acordo em sua íntegra pode ser visualizado em <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsbo/Text_MDIC_p/ACE36Text_p.pdf>, acesso em 14 nov. 2010.

¹⁸ Disponível em <<http://www.cepr.net/documents/publications/bolivia-2009-12.pdf>> acesso em 14 nov. 2010.

Entre os principais produtos presentes na pauta de exportação boliviana se destacam o gás natural, o minério de zinco, minério de prata e a soja. Em relação às exportações entre 2004 e 2005 elas se mantiveram estáveis, entretanto nos anos seguintes registrou um significativo crescimento chegando a US\$ 4.209 milhões em 2008, crescimento de aproximadamente 87% relativo a 2004.

As importações por sua vez demonstraram um crescimento constante entre 2004 e 2008, dobrando seu valor no final do período.

4.2.2 Chile

Oficialmente denominada República do Chile, o Chile ocupa uma longa e estreita faixa costeira, situada entre a cordilheira dos Andes e o oceano Pacífico. Faz fronteira ao norte com o Peru, a nordeste com a Bolívia, a leste com a Argentina.

Possui uma economia dinâmica e é caracterizado por um elevado nível de comércio exterior. A reputação do Chile como um modelo para a reforma econômica foi reforçado quando o governo democrático de Patricio Aylwin - que assumiu o governo dos militares em 1990 - aprofundou as reformas econômicas iniciadas pelo governo militar. A média de crescimento do PIB foi de 8% durante o período de 1991-1997, mas caiu para metade do nível que em 1998 devido a políticas monetárias implementadas para manter o déficit em conta corrente em cheque e por causa dos ganhos de exportação mais baixos - o último produto da crise financeira asiática. A economia chilena então se recuperou e registrou taxas de crescimento de 5% a 7% ao longo do últimos anos. Em 2006, o Chile se tornou o país com o maior PIB nominal *per capita* na América Latina.¹⁹

Numa análise da evolução do PIB a preços correntes entre os anos de 2005 e 2009 (quadro 9) verifica-se que para 2009 o indicador apresenta sensível queda, quebrando uma sequência de crescimento gradativo. Porém com relação ao crescimento real do PIB, este

¹⁹ Disponível em <<http://data.worldbank.org/country/chile>>, Acesso em 14 nov. 2010.

crescimento gradativo não é registrado em virtude do aumento da taxa de inflação. Esta era de 4,137% em 2005 alcançando 9,853% em 2008²⁰.

Através do Acordo de Complementação Econômica nº 35 – Mercosul/Chile²¹, firmado na Argentina em junho de 1996, o Chile passa a possuir *status* de país associado ao Mercosul. O Acordo tem, entre seus objetivos, o de estabelecer uma área de livre comércio entre as Partes Contratantes, mediante a expansão e diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação das restrições tarifárias e não-tarifárias que afetam o comércio.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)		118,3	146,8	163,9	169,5	157,6
Crescimento real do PIB %		5,6	4,6	4,7	3,2	-1,0
Exportações (fob) milhões US\$	32.548	39.544	57.299	67.498	69.749	ND
Importações (cif) milhões US\$	24.788	32.321	35.892	43.797	55.960	

Quadro 9: Indicadores macroeconômicos do Chile (2004-2009)

Fonte: BRASL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010.

4.2.3 Colômbia

Oficialmente República da Colômbia é uma república constitucional do noroeste da América do Sul. A Colômbia faz fronteira a leste com a Venezuela e Brasil, ao sul com o Equador e Peru, para o norte com o Mar do Caribe, ao noroeste com o Panamá, e a oeste com o Oceano Pacífico. Sua população é de mais de 45 milhões de pessoas, a segunda maior da América do Sul, depois do Brasil.

²⁰ Disponível em <<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/indice-de-precos-ao-consumidor/ipc/chile.aspx>> acesso em 16 nov. 2010.

²¹ O acordo na íntegra pode ser visualizado em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=461>>, acesso em 14 nov. 2010.

Mesmo com a existência de graves conflitos armados internos, economia colombiana cresceu de forma regular na última parte do século XX, com PIB crescendo a uma taxa média de mais de 4% ao ano entre 1970 e 1998. O país sofreu uma recessão em 1999, e à recuperação foi longa e dolorosa. No entanto, o crescimento nos últimos anos tem sido impressionante, atingindo 7,5% em 2007. Mesmo a Colômbia sendo considerada o quinto maior produtor de petróleo da América Latina (depois de Venezuela, México, Brasil e Argentina) existe hoje uma preocupação no setor, como destaca Dupas (2005, p.149),

“(...) o grande temor dos governantes colombianos é que em poucos anos as reservas possam se esgotar, já que os esforços por novos poços têm sido pouco frutíferos nos últimos anos.”

Com relação a indicadores macroeconômicos, a Colômbia tem apresentado um PIB crescente nos últimos anos. Em 2004 o valor era de US\$ 113,8 bilhões e, em apenas quatro anos, este valor mais que dobrou, alcançando US\$ 244,1 bilhões em 2008. No entanto seu crescimento real passou de 4,7% em 2004 para 7,1% em 2007. Somente em 2009 o crescimento real do PIB apresenta uma considerável baixa, em virtude do aumento na taxa de inflação, que fechou o ano de 2008 em 5,5%²² (quadro 10).

Em 16 de dezembro de 2003, a Colômbia passa a fazer parte do quadro de Países Associados ao Mercosul, através do Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE 59)²³ Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela.

	2004	2005	2006	2007	2008
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	113,8	144,6	162,5	207,8	244,1
Crescimento real do PIB %	4,7	5,7	6,9	7,5	2,5
Exportações (fob) milhões US\$	16.788	21.190	24.391	29.992	39.016
Importações (cif) milhões US\$	17.033	21.205	26.163	32.897	41.202

Quadro 10: Indicadores macroeconômicos do Colômbia (2004-2008)

Fonte: BRASL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010.

²² <[http://www.indexmundi.com/pt/colombia/taxa_de_inflacao_\(precos_ao_consumidor\).html](http://www.indexmundi.com/pt/colombia/taxa_de_inflacao_(precos_ao_consumidor).html)> acesso em 15 nov. 2010.

²³ O Acordo na íntegra pode ser visualizado em <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/mercCan.php> acesso em 14 nov. 2010

3.2.4 Equador

Limitado a norte pela Colômbia, a leste e sul pelo Peru e a oeste pelo Oceano Pacífico, a República do Equador é, além do Chile, um dos dois países da América do Sul que não fazem fronteiras com o Brasil. Mesmo tendo Quito como capital, Guayaquil é a cidade mais importante economicamente do país.

O Equador possui significativas reservas de petróleo. Estas respondem por aproximadamente 40% das exportações do país e por cerca de 1/3 das receitas do governo há vários anos. Dupas (2005, p. 149) ressalta que mesmo tendo o petróleo como o principal produto,

“(...) na realidade, o Equador não possui uma grande produção diária, apenas 415 mil barris/dia. Embora com um parque industrial pequeno, o consumo interno também é pequeno, sendo possível exportar o resto.”

Consequentemente, flutuações no preço do barril afetam significativamente a economia do país. No fim da década de 1990 o país sofreu sua pior crise, quando unidos: desastres naturais e quedas no preço do barril de petróleo levaram o país ao colapso econômico.

Fazendo uma análise da evolução do PIB a preços correntes, entre 2004 e 2008, (quadro 11) verifica-se que se registra um crescimento constante no período. Porém com relação ao crescimento real do PIB, este se comporta de maneira diferente, demonstrando uma queda expressiva entre 2004 e 2007, caindo de 8,0% para 2,5% respectivamente, ou seja, menos da metade. Este apresenta sensível recuperação em 2008, em virtude da recuperação do setor petrolífero.

	2004	2005	2006	2007	2008
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	32,6	37,2	41,4	44,3	51,4
Crescimento real do PIB %	8,0	6,0	3,9	2,5	6,5
Exportações (fob) milhões US\$	7.755	10.102	12.730	14.193	19.674
Importações (cif) milhões US\$	7.282	9.549	11.266	13.671	16.574

Quadro 11: Indicadores macroeconômicos do Equador (2004-2008)

Fonte: BRASL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010.

Em 16 de dezembro de 2003, o Equador firma, em Santos, o acordo que o coloca no grupo de Países Associados ao Mercosul, através do Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE 59)²⁴: Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela.

4.2.5 Peru

O Peru, oficialmente chamado de República do Peru é uma nação com população de aproximadamente 28 milhões de habitantes. Limitado ao norte pelo Equador e pela Colômbia, a leste pelo Brasil e pela Bolívia e ao sul pelo Chile. O seu litoral é banhado pelo Oceano Pacífico.

Até 1996, o Peru ainda tinha o petróleo como seu principal produto de exportação para os EUA. Entretanto, assim como verificado no caso colombiano, a falta de êxito na busca por novos poços faz com que se apresente uma tendência decrescente da composição desse produto na pauta de exportações. Hoje já se coloca no terceiro lugar, depois dos setores de confecção e têxteis. A economia peruana tem experimentado um crescimento significativo nos últimos 15 anos. É considerado um mercado emergente de acordo com o MSCI²⁵. As principais atividades econômicas incluem a agricultura, a pesca, a exploração mineral e a manufatura de produtos têxteis.

Através do Acordo de Complementação Econômica nº 58 – Mercosul/Peru²⁶, firmado na Argentina em 30 de novembro de 2005, o Peru passa a possuir *status* de País Associado ao Mercosul. O Acordo tem, entre seus objetivos, o de estabelecer uma área de livre comércio entre as Partes Contratantes, mediante a expansão e diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação das restrições tarifárias e não-tarifárias que afetam o comércio recíproco.

²⁴ O Acordo na íntegra pode ser visualizado em <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/mercCan.php>, acesso em 14 nov. 2010

²⁵ MSCI International Equity Indices, disponível em http://www.msicibarra.com/products/indices/international_equity_indices/, acesso em 14 nov. 2010

²⁶ O acordo na íntegra pode ser visualizado em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=461>, acesso em 14 de novembro de 2010.

O quadro 12 nos mostra os indicadores macroeconômicos do Peru entre 2004 e 2008, e nele podemos verificar um incremento no PIB a preços correntes nesse período. US\$ 79,4 bilhões de dólares em 2005 passando para US\$ 127,5 bilhões em 2008. Apresenta também um aumento constante na taxa de crescimento real do PIB.

	2004	2005	2006	2007	2008
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)		79,4	92,3	107,3	127,5
Crescimento real do PIB %		6,8	7,7	8,9	9,8
Exportações (fob) milhões US\$	12.469	17.291	23.744	26.361	27.885
Importações (cif) milhões US\$	10.733	13.206	16.254	20.994	28.712

Quadro 12: Indicadores macroeconômicos do Peru (2004-2008)

Fonte: BRASL, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010.

5 CONCLUSÃO

Cada vez mais, as sociedades e os governantes percebem que a integração não é mais uma questão de opção, pois se tomou uma necessidade no contexto de um mundo globalizado, de megabloques e de fusões entre as empresas que geram grupos cujo poderio econômico é superior ao da muitas nações do mundo. Diante deste quadro, coloca-se uma questão: ou o país se une aos seus vizinhos ou poderá estar relegado à marginalização política e econômica.

Dada essa realidade, verifica-se um número considerável de acordos regionais de comércio já firmados, além de muitos outros em processo de negociação. Isso mostra a real tendência dos países à inserção em um bloco econômico. Entre os principais blocos do mundo estão a União Européia, o Mercado Comum do Sul, a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Além desses, também se destacam a Comunidade Andina de Nações, a Comunidade dos Estados Independentes e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

Como foi visto, existem diversas categorias de integração que podem ser alcançadas por um grupo de países: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária e Integração Econômica Total.

Em 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, criando um amplo projeto de integração econômica, política e social: o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Atualmente, o Mercosul possui caráter de União Aduaneira, mas ainda almeja chegar ao *status* de União Monetária.

A constituição de uma União Aduaneira no Mercosul a partir de 1994, caracterizou-se como uma tentativa no entendimento e na adoção de políticas comuns entre os países-

membros. No entanto, as crises financeiras internacionais, ocorridas nos anos seguintes, causaram o distanciamento das políticas macroeconômicas. Enquanto a Argentina insistiu em um regime de taxa de câmbio rigidamente atrelada à moeda norte-americana, a partir de 1991 o Brasil manteve um regime cambial mais flexível.

Há que se destacar que avançar neste processo é necessário superar alguns obstáculos que se colocam ao Bloco, como as assimetrias sócio-econômicas em que se encontravam os países após a assinatura do Tratado de Assunção, uma vez que essas dificultaram a coordenação das políticas macroeconômicas que, aliadas à vulnerabilidade externa das economias oriundas das estratégias neoliberais de financiamento, privatizações e abertura brusca de seus mercados, ocasionou aos Estados novamente um endividamento externo devido à reprimarização das exportações.

Cabe ainda destacar que existem importantes questões pendentes no Mercosul, que deverão ser trabalhadas para se avançar na União Aduaneira: a heterogeneidade e os diferentes graus de industrialização e desenvolvimento econômico entre os países, as perfurações à Tarifa Externa Comum, a prática protecionista e a exigência da utilização dos certificados de origem dos produtos.

Nas últimas décadas, os países em desenvolvimento da América Latina têm passado por várias crises e incertezas, entretanto, a cooperação e a integração econômica tem ajudado a alavancar o desenvolvimento econômico e social, assim como tem fortalecido a capacidade de negociação e de inserção na economia mundial.

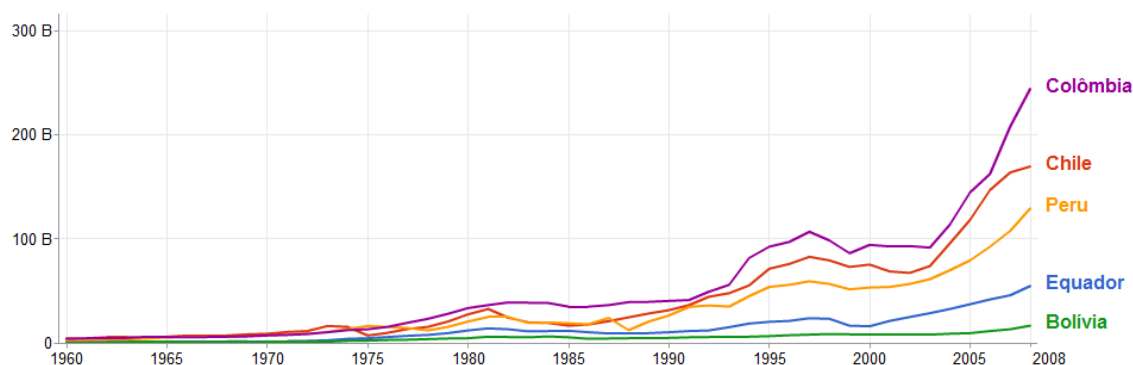
O Mercosul teve desde o início uma vocação sul-americana. Em 1996 assinou acordos de associação com o Chile e a Bolívia, pelos quais foi estabelecida uma área de comércio livre, a adesão desses dois países na qualidade de membros associados. Em 2003, o Peru torna-se também membro associado do Mercosul e desde dezembro de 2004 o Equador e a Colômbia são seus novos membros associados.

Esta dinâmica de formação de acordos econômicos com os países da região pode ser interpretada como um passo prévio para o alargamento do Mercosul, o qual passaria a ter um peso econômico e político na região muito significativo. A criação do Mercosul e a celebração desses acordos constituem estratégia, liderada pelas duas maiores economias da América do Sul (Brasil e Argentina), para fortalecer o Bloco. Pode-se aventar a hipótese de que esta tática, ao incrementar as relações econômicas externas do Bloco, permite

aumentar a capacidade de negociar entre o Mercosul e a União Européia, bem como com os Estados Unidos.

A fim de ilustrar a grandeza dos países que estão com *status* de associados ao Mercosul, o gráfico 9 apresenta a evolução do PIB, a preços correntes, da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Nele percebe-se que todos obtiveram crescimento econômico, mesmo que com oscilações pontuais ocasionadas por crises econômicas, o que é uma característica importante e desejável em um futuro parceiro comercial.

Gráfico 9: PIB Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru (1960 – 2008) bilhões US\$



Fonte: Banco Mundial – Indicadores do Desenvolvimento Mundial

O estudo acerca dos Países Associados ao Mercosul é recente e seu referencial bibliográfico ainda é escasso, se comparado com a diversidade de literatura sobre os quatro Países-Membros do Mercosul, sobretudo, Argentina e Brasil.

Lembra-se que ainda restam temas de importante reflexão dentro deste espaço regional como: o acesso aos mercados, o aperfeiçoamento da União Aduaneira, uma melhor coordenação das políticas macroeconômicas, medidas de apoio mútuo em situações de crise, a ampliação do grupo no espaço sul-americano, a consideração das assimetrias existentes entre as partes e a convalidação das normas comuns em leis nacionais, entre outras.

A futura criação de uma área sul-americana de livre-comércio entre os diferentes blocos econômicos pode ser o próximo passo da integração e cooperação sub-regional, porém dependerá da capacidade de negociação dos sócios entre si e com as economias de maior desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ALADI. Associação Latino-Americana de Integração. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfweb/sitioport/>, acesso em 18 out. 2010.

APEC. Asia-Pacific Economic Cooperation. Disponível em <http://www.apec.org/>, acesso em 28 out. 2010.

AZEVEDO, André Filipe Zago. O Efeito do Mercosul sobre o comércio: Uma análise com o modelo gravitacional. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, Brasília IPEA, v.34 n.2 ago. 2004.

BALASSA, B. **Teoria da Integração econômica**. 3 ed. Lisboa: Clássica Editora, 1961

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Temas políticos e relações bilaterais**. Brasília. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais>>, acesso em 14 nov. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Principais indicadores econômico-comerciais do Mercosul**. Brasília, fev. 2009a. Disponível em <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/PrincipaisIndEconComMercosul.pdf>>, acesso em 14.nov. 2010

CÂMARA Parlamentar Conjunta do Mercosul. Disponível em <http://www.camara.gov.br/mercosul/Outros/Historico.htm>, acesso em 20 out. 2010.

CEI. Comunidade dos Estados Independentes. Disponível em: <<http://www.cis.minsk.by/>>, acesso em 18 out. 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO do Mercado Comum. Disponível em: <http://www.mercosur.org.uy/home.jsp?contentid=10&seccion=1>, acesso em 18 out. 2010.

DUPAZ, Gilberto. **América Latina no início do século XXI Perspectivas econômicas, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora Konrad Adenauer/UNESP, 2005

FARIA, Luiz Augusto Estrella Faria. **A chave do tamanho**: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2004.

_____. Política externa e desenvolvimento: o Brasil na (nova?) ordem mundial. **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, n.23, nov., 2007. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/023.pdf>, acesso em 26 set. 2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Percalços da estratégia Sul/Sul: a política externa do primeiro governo Lula**. Núcleo de políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPS), 2006. Mimeo.

Disponível em http://www.usp.br/nupps/artigos/cecilia_percal%C3%A7os.pdf, acesso em 20 out. 2010.

GOMES, Eduardo Bianchi. **Blocos Econômicos e solução de controvérsias**. 2 edição. Editora Juruá, 2005.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e política. 2ªed. São Paulo: Makron Books, 1999.

MERCOSUL. Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM). **Indicadores macroeconômicos do Mercosul**. Brasília, v 1, jul. 2009, pp.1-106.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord.) **Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)**: instrumentos básicos. São Paulo: Instituto de direito e Relações internacionais, 1988. T. I

_____. **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2007.

MONTOYA, M. A distribuição dos custos e benefícios da integração econômica regional. **Análise Econômica**. Porto Alegre, n 19, p.136-153, mar., 1993.

MORE, Rodrigo Fernandes. Integração econômica internacional . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 59, out. 2002. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3307>>, acesso em: 12 nov. 2010.

NAFTA. North American Free Trade Association Disponível em: <http://www.nafta-sec-alena.org/en/view.aspx?x=343&mtpiID=122#102>> acesso em 18 out. 2010.

SADC. Southern African Development Community. Disponível em <<http://www.sadc.int/index/browse/page/715>>, acesso em 18 out. 2010.

THORP, Rosemary. **Progresso, pobreza e exclusão**: uma história econômica da América Latina no século XX. Washigton: Banco Interamericano de Desenvolvimento e União Européia, 2002.

TRATADO de Assunção. Disponível em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf, acesso em 27 set. 2010.

TRICHES, Divanildo. **Economia política do Mercosul e aspectos monetários e cambiais e o euro em perspectiva**. Caxias do Sul, RS: EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2003.

TRICHES, Divanildo; SILVA, Alexandre Bandeira Monteiro e; MORAES, Roberto Camps de; Silva, Soraia Santos Da. A análise da convergência e das inter-relações dos indicadores macroeconômicos dos países integrantes dos Mercosul. Em: **Pesquisa & Debate**, São Paulo, volume 19, número 2 (34), pp.115-134, 2008.

VASCONCELOS Pedro Paulo Lima. **Indicadores sócio-econômicos do mercosul**: um estudo sob a égide da economia política internacional. Texto apresnetado no I Simpósio em Relações Internacionais do Programa De Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP,UNICAMP E PUC-SP), 2007.

WAQUIL, Paulo D.; ALVIM, Augusto M.; SILVA, Leonardo X.; TRAPP, Glaucilene P.; MATTOS, Ely J. União Européia e Mercosul: O setor agrícola no processo de integração inter-blocos. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul: UNISC, n. 20, p31-58, jul./dez. 2004.